



QUEDA NA ATIVIDADE ECONÔMICA AUMENTOU O DESEMPREGO, O TRABALHO EM CONDIÇÕES DE PRECARIIDADE E A POBREZA

O impacto sobre a renda oscila entre 50% e 80%



Mais de 600 mil lares em pobreza



2,6 milhões de pessoas

49,4% se encontrava com algum tipo de pobreza



73.072 empregos em condições formais foram afetados (38% mulheres e 62% homens)



Desemprego

Homens 7,0%

Mulheres 5,4%



Jovens 13,4% (40.1% na faixa etária de 15 a 24 anos)



Informalidade 68,4% (2019)



Os setores econômicos com maior diminuição:

Construção (-20 %);

Agricultura, caça, silvicultura e pesca (-11 %)

Pessoas trabalhadoras independentes (-11 %)



2019

Déficit da balança comercial

PIB (2019): USD 27,03 bilhões

Exportações totais: 5,94 bilhões de dólares, um aumento de 0,7% em relação a 2018

Importações totais: 12,02 bilhões de dólares, 1,6 % a mais do que no ano anterior

Principais violações de direitos trabalhistas



Demissões, suspensão de contratos . Em 1º de maio haviam sido perdidos 70 mil empregos.



Perda da sua renda diária, de trabalhadores e trabalhadoras em condições de informalidade, com as medidas do “fique em casa”. População de migrantes visivelmente afetada.



Redução de salários. Outra modalidade foi oferecer contratos novos, com 50% ou 75% do salário anterior.



Lei de Teletrabalho foi aprovada sem debate nem diálogo com as organizações sindicais.



Estado de exceção. Organizações não governamentais solicitaram habeas corpus ante as violações de direitos humanos cometidas pelas forças de segurança.

Propostas e iniciativas sindicais

Entre as propostas sindicais das duas centrais sindicais filiadas à CSA estão:

- Ampliar a seguridade social e o seguro-desemprego para que cubram um maior número de pessoas que se encontram em condições de vulnerabilidade.
- Exigir a tutela efetiva dos direitos trabalhistas por parte do Ministério do Trabalho e Previdência Social.
- Ações para alcançar a recuperação dos salários não entregues durante a quarentena domiciliar obrigatória.
- Retomar o diálogo social como eixo da governança das relações trabalhistas no país.

